

Planalto quer o voto aberto

Da Redação

Com agências Estado, JB e Folha

Depois do sufoco que foi abortar a CPI da Corrupção, na semana passada, agora o Palácio do Planalto entra firme na operação *mãos-limpas*, ou seja, negar que houve acordo entre governistas e aliados do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) para impedir a investigação sobre denúncias de corrupção no governo federal.

Por isso, o Planalto decidiu pressionar os integrantes do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado para que defendam a votação aberta do relatório do senador Roberto Saturnino Braga (PSB-RJ), que estabelecerá a punição contra ACM e José Roberto Arruda (sem partido-DF) sobre o caso da violação do painel.

Com a campanha pró-voto aberto, o governo acredita que pode livrar-se das suspeitas de que teria feito um acordo para se proteger da instauração da CPI, dando a contrapartida do empenho de agir no sentido de que os acusados escapem da cassação. O presidente do Conselho de Ética, Ramez Tebet (PMDB-MS), reiterou ontem, em São Paulo, que proporá a votação aberta amanhã, quando Saturnino apresentará o relatório, às 10h, durante a reunião.

Ronaldo de Oliveira 23.04.01



O SENADOR RAMEZ TEBET: "NO QUE DEPENDER DE MIM, O VOTO SERÁ ABERTO"

No Rio, Saturnino afirmou que concluiu seu relatório. Ele não quis antecipar se vai pedir a cassação dos dois senadores, mas revelou que o documento prevê punições. Há diferentes graus de punição: advertência, suspensão por 30 dias e até a cassação.

ORIENTAÇÕES

Ao ser sondado por interlocutores do presidente Fernando Henrique Cardoso para ocupar o Ministério da Integração Nacional, no lugar do ex-ministro Fernando Bezerra, Ramez Tebet ouviu também orientações para que trabalhe

pelo voto aberto. "No que depender de mim, o voto será aberto", comentou. A decisão de Tebet será questionada pelo senador Waldeck Ornelas (PFL-BA), principal articulador da tropa de choque de ACM, que discordará da votação aberta, assim que for apresentado o relatório.

Dante da possibilidade de divergência, o presidente do Conselho de Ética proporá que o assunto seja definido pelos demais integrantes — ironicamente, em votação simples e aberta. "A decisão do plenário, sendo da maioria, é soberana, mas acho difícil que vença o voto

secreto", comentou Tebet.

Enquanto ocorre a discussão sobre a tramitação no Conselho de Ética, os principais envolvidos tentam agir aparentando normalidade. ACM foi ao plenário e fez apartes no discurso de Simon, que falou de ética e moral na política. Na saída, ao contrário do que afirmou anteriormente sobre a necessidade de criar a CPI da Corrupção, ele criticou a tentativa da oposição de ressuscitar as investigações, agora, só no Senado. "Se aqueles que querem me punir pretendem ter minha assinatura, não posso os atender", disse, em tom de ironia, a exemplo do que já havia feito no domingo, em Salvador. Arruda não foi ao plenário e tentou evitar o contato com a imprensa no seu gabinete. Ontem ele enviou aos colegas um memorial com sua defesa.

A Mesa Diretora do Senado dará em 24 horas o seu parecer sobre a decisão do Conselho de Ética pela abertura ou não de processo contra ACM e Arruda. A maioria dos integrantes da Mesa está convencida que uma possível demora reforçará as especulações sobre um acordo PFL-PMDB para salvar ACM da cassação do mandato. Por isso, a cautela de seguir à risca o mesmo prazo utilizado no processo de cassação do senador Luiz Estevão, em junho do ano passado.